



Folha Bancária

Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região CUT

São Paulo
25 a 31 de julho de 2018
número 6.155

BANCOS: R\$ 77 BILHÕES DE LUCRO E SÓ 1% DOS EMPREGOS

Quarta rodada de negociação com a Fenaban debate o tema na quarta 25. Setor eliminou 57 mil vagas desde 2012. Categoria também reivindica cláusulas contra contratos precários previstos na nova lei trabalhista

Em 2017, os cinco maiores bancos no Brasil (Itaú, Bradesco, Santander, BB e Caixa) lucraram, juntos, R\$ 77,4 bilhões, crescimento de 33,5% em relação a 2016. Só no primeiro trimestre deste ano, os mesmos cinco já atingiram R\$ 20,3 bi em lucro, 18,7% a mais do que no mesmo período de 2017.

Mesmo com lucros astronômicos, o setor bancário extingue empregos. Entre janeiro de 2012 e junho de 2018, eliminou 57.045 postos de trabalho, uma redução de 11,5% na categoria neste período. No primeiro semestre deste ano, o total de vagas extintas já chegou a 2.846 vagas. Os dados são do Caged.

“Um setor que não está sendo atingido pela crise financeira, pelo contrário, que tem lucros cada vez maiores, não tem nenhuma justificativa para cortar empregos. É isso que vamos deixar claro na negociação com a Fenaban, nesta quarta 25”, diz a presidenta do Sindicato, Ivone Silva, uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, que representa a categoria na mesa com a federação dos bancos.

Os trabalhadores também reivindicarão proteção contra contratos precários, previstos na nova lei trabalhista (lei 13.467), como intermitente, terceirizado e hipersuficiente (veja ao lado). “A lei trabalhista, que é fruto do golpe e foi feita sob encomenda para maus empresários, ameaça a categoria bancária. Um dos pontos da nossa pauta é garantir cláusula na CCT que impeça os bancos de substituírem bancários por terceirizados ou por intermitentes e temporários”, destaca Ivone.

A quarta rodada de negociação com a Fenaban ocorrerá na quarta-feira 25. Acompanhe o resultado pelo www.spbancarios.com.br.

PONTOS DA REFORMA TRABALHISTA QUE AMEAÇAM BANCÁRIOS

◆ EMPREGADO HIPERSUFICIENTE

A lei 13.467 prevê que empregados com remuneração superior a duas vezes o teto de benefícios do INSS (o que equivale hoje a R\$ 11.291) e ensino superior estabelecerão suas condições de trabalho individualmente e diretamente com o empregador. Isso atinge cerca de 20% da categoria bancária. Os trabalhadores reivindicam que a CCT seja válida para todos os bancários.

◆ TERCEIRIZAÇÃO E CONTRATOS PRECÁRIOS

O Congresso aprovou, em 2017, a terceirização irrestrita (lei 13.429). O Comando reivindica a não contratação de terceirizados para substituir bancários. Além disso, que os bancos não substituam bancários por trabalhadores contratados de acordo com a nova lei trabalhista (lei 13.467): contratos intermitentes ou temporários.

◆ HOMOLOGAÇÃO FORA DO SINDICATO

A lei trabalhista também permite a homologação dos contratos de trabalho fora dos sindicatos. O Comando reivindica a volta da homologação nos sindicatos.

METAS ADOECEM, MAS BANCOS NÃO TRAZEM SOLUÇÃO

Na mesa do dia 19, Fenaban deixou sem respostas reivindicações sobre saúde. Categoria está entre as que mais adoecem

A cobrança de metas inatingíveis e o assédio moral tem adoecido a categoria bancária.

Para se ter uma ideia, os bancos respondem apenas por 1% dos empregos no país, mas foram os responsáveis por 5% do total de afastamentos por doença no Brasil, entre 2012 e 2017. Além disso, eles responderam por 16% do



Terceira rodada discutiu saúde e condições de trabalho

total de afastamentos por doenças mentais entre 2012 e 2017.

“Os dados mostram que a cate-

goria está adoecendo, e isso se deve principalmente à enorme pressão sobre os trabalhadores para que cumpram as metas abusivas impostas pelos bancos. Mas apesar disso, a Fenaban não trouxe respostas para as principais reivindicações de saúde e condições de trabalho, tema da segunda rodada, no dia 19”, critica a presidenta do Sindicato, Ivone Silva.

Leia sobre a mesa de saúde no bit.ly/mesasaude.

AO LEITOR

Por mais emprego

A lucratividade do setor bancário é a maior da economia brasileira. Segundo a consultoria Economatica, o setor bancário teve o maior lucro consolidado no primeiro trimestre de 2018 com R\$ 17,59 bilhões (não leva em conta o lucro da Caixa). Crescimento de 14,18%, em relação ao mesmo período de 2017.

O problema na verdade é na forma como esse lucro é construído. Os bancos estão reduzindo a oferta de crédito. E estão diminuindo o número de agências (quase 600 foram fechadas em 12 meses), reduzindo empregos (mais de 13 mil postos de trabalho cortados em 12 meses) e aumentando o valor de tarifas cobradas dos clientes. Em 2017, a inflação de serviços bancários foi três vezes maior que a inflação geral do país.

Em um ano (março de 2017 a abril de 2018) foram fechados 11.716 postos de trabalho. Isso corresponde a mais de 976 postos por mês.

Tudo isso está sendo discutido na Campanha Nacional Unificada deste ano. Os bancos mantêm no Brasil seus lucros crescentes e, como concessão pública, têm a obrigação de gerar emprego e contribuir para a melhoria da economia e desenvolvimento do país.



Ivone Silva
Presidenta do
Sindicato

Folha Bancária

Filiado à CUT, Contraf e Fetec-SP

Presidenta: Ivone Silva

Diretora de Imprensa: Marta Soares

e-mail: folhabancaria@spbancarios.com.br

Redação: Danilo Motta, Elenice Santos, Felipe Rousselet, Leonardo Guandelino e Rodolfo Wroli

Edição Gerat: Andréa Ponte Souza

Diagramação: Fabiana Tamashiro, Linton Publio e Thiago Akioka

Tiragem: 100.000 exemplares

Impressão: Bangraf, tel. 2940-6400

Sindicato: R. São Bento, 413, Centro-SP, CEP 01011-100, tel. 3188-5200

Regionais: **Paulista:** R. Carlos Sampaio, 305, tel. 3284-7873/3285-0027 (Metrô Brigadeiro). **Norte:** R. Banco das Palmas, 288, Santana, tel. 2979-7720 (Metrô Santana). **Sul:** Av. Santo Amaro, 5.914, tel. 5102-2795. **Leste:** R. Icem, 31, tel. 2293-0765/2091-0494 (Metrô Tatuapé). **Oeste:** Rua Cunha Gago, 824, Pinheiros, tel. 3836-7872. **Centro:** R. São Bento, 365, 19ª andar, tel. 3104-5930. **Osasco e região:** R. Presidente Castello Branco, 150, tel. 3682-3060/3685-2562

f /spbancarios You /spbancarios

www.spbancarios.com.br

CAMPANHA 2018 - BANCOS PÚBLICOS

Direção da Caixa não garante direitos

Na segunda negociação, banco recusa reivindicação contra implantação da reforma trabalhista e não assegura PLR Social

Na segunda rodada de negociação para a renovação do acordo aditivo à CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), representantes da Caixa se negaram a assinar pré-acordo que garanta a validade do acordo específico até sua renovação (ultratatividade) e se recusaram a garantir salvaguardas contra outros pontos nocivos da nova legislação trabalhista.

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) cobrou a não contratação de terceirizados em atividades fim, de intermitentes, temporários, a tempo parcial e sob regime de 12 horas de trabalho a cada 36 horas de descanso.

O banco negou todas as

demandas e ainda disse que se pautará pela nova legislação trabalhista.

“Dia 25 será realizado Dia Nacional de Luta em Defesa do Saúde Caixa, que também é uma grande luta por manutenção dos direitos. Uma grande oportunidade para mostrar nosso poder de mobilização e pressão participando dos atos, vestindo a cor branca”, afirma Dionísio Reis, coordenador da CEE/ Caixa. *Leia mais na página 3.*

PLR – Apesar de se comprometer a seguir a regra da Fenaban, a Caixa informou que está estipulando limite para a PLR. A dire-



ção determinou que a distribuição será limitada a 25% do valor pago ao Tesouro em dividendos, que é de 25% do lucro líquido. Assim, a PLR será limitada a 6,25% do lucro líquido.

A direção do banco também não garantiu a PLR Social.

Condições de trabalho – Mais uma vez foi cobrada a contratação de mais empregados. A Caixa

enfatizou que as vagas não serão ampliadas. Inclusive afirmou que aprovados no concurso de 2014 não serão convocados.

Contudo, representantes do banco se comprometeram a avaliar o fim do descomissionamento de gestantes e também a manutenção da função do empregado que entrar em licença médica. ✨

➔ bit.ly/2negociacaoCaixa

Banco do Brasil traz poucos avanços

Terceira negociação tratou de Saúde do Trabalhador e Segurança Bancária

A terceira negociação específica do Banco do Brasil dentro da Campanha Nacional 2018 debateu Saúde do Trabalhador e Segurança Bancária nesta segunda-feira 23, em Brasília. Representando os bancários, a Comissão de Empresa relatou os afastamentos e adoecimentos causados pela cobrança abusiva de metas estabelecidas fora do acordo de trabalho das equipes e com o controle e solicitação exclusiva do gestor, sem ligação com as metas das agências (sistema Conexão).

Os funcionários reclamam que as metas geralmente não precificam o mês de férias, o que resulta em queda de rendimento. O banco ficou de



avaliar essas situações com as áreas gestoras.

A Comissão de Empresa relatou ainda cobrança de metas feita pelos caixas líderes, muitas vezes fora do horário de trabalho e descumprindo o ACT. O banco solicitou informações para que a prática seja coibida.

Foram denunciadas situações de correspondentes bancários dentro das agên-

cias. Há uma reivindicação na minuta para que essa prática seja proibida.

O banco foi categórico ao afirmar que o correspondente bancário não deve atuar dentro da agência e vai se pautar pela norma do Banco Central.

Sem apresentar avanços, o banco se comprometeu a renovar as cláusulas do ACT que tratam de questões específicas de saúde.

Intervalo intrajornada – O banco propôs a flexibilização opcional do intervalo de almoço de 15 até 30 minutos ao funcionário de 6 horas, e a redução do intervalo para até 30 minutos aos funcionários de 8 horas.

Cassi – Os bancários protocolaram nova proposta para a Cassi, com o objetivo de mais uma vez chamar o banco à negociação.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa, a mesa não trouxe avanços significativos. “A perda de comissão no retorno de licença saúde é um ponto que assombra muitos bancários e esperávamos um avanço maior. Esperamos que ainda tenhamos respostas efetivas sobre saúde e segurança.” ✨

➔ bit.ly/terceira-negociacao-BB

EMPRESAS PÚBLICAS

Sentença de morte para os planos de saúde

Direito à saúde está ameaçado pelas resoluções 22 e 23 da CGPAR; trabalhadores protestam na quarta-feira 25 e devem defender projeto de lei que revoga a resolução 23

Os trabalhadores de empresas públicas como Banco do Brasil e Caixa Federal poderão ter de pagar muito mais pelos planos de saúde, além de terem seus pais excluídos da cobertura dos convênios. Essas são algumas das medidas prejudiciais contidas nas resoluções 22 e 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), publicadas no Diário Oficial da União em janeiro. A CGPAR é um órgão vinculado ao Ministério do Planejamento.

Diante dessas ameaças, os trabalhadores deflagram nesta quarta-feira 25, Dia Nacional de Luta em Defesa dos Planos de Saúde de empresas públicas como Cassi e Economus (BB) e Saúde Caixa

com atos e protestos em locais de trabalho pelo país.

A resolução 23 da CGPAR determina prazo de 48 meses contado a partir de janeiro para que todos migrem para um sistema paritário de contribuição aos planos de saúde, sendo 50% para as empresas e 50% para os funcionários. Atualmente a média é de 75% para as estatais e de 25% para seus empregados.

A resolução 23 também limita a lista de dependentes aos cônjuges e filhos, proibindo a inclusão dos pais e outros, e veda a criação de novos planos administrados pelo RH das empresas.

A resolução 22 da CGPAR proíbe que os planos de autogestão, como a Cassi (dos funcionários do BB), tenham em suas diretorias ou conselhos repre-

sentantes ligados a organizações sindicais, enfraquecendo, dessa forma, a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Saúde Caixa ameaçada – “A resolução 23 da CGPAR onera o usuário do Saúde Caixa, exclui aposentados, impõe períodos de carência e cobrança de franquias, acaba com a cobrança de mensalidade única por família, traz novas restrições para a inclusão de dependentes, veta a oferta do plano em novos concursos e proíbe a entrada de novos empregados, entre outros prejuízos. Ou seja, praticamente decreta uma sentença de morte para o Saúde Caixa e demais planos de empresas federais”, denuncia Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Em-

pregados (CEE/Caixa).

BB: resolução ameaça existência da Cassi – Para João Fukunaga, secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato e bancário do Banco do Brasil, as resoluções pretendem jogar a conta dos planos nas costas dos trabalhadores a fim de livrar as patrocinadoras (empresas públicas) de maiores ônus. “As resoluções 22 e 23 representam amea-

ças gravíssimas contra a própria existência da Cassi e Economus, por meio do teto de gastos do banco e o impedindo o ingresso de novos associados. Além disso, futuros aposentados não estarão mais cobertos, o que atinge diretamente uma grande parte dos bancários que contribuíram a vida toda para a Cassi, e terão seus direitos negados quando mais precisarem de cobertura médica”, critica Fukunaga. ✦

APOIE O PROJETO DE LEI QUE SUSPENDE RESOLUÇÃO 23 DA CGPAR

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), empregada da Caixa, protocolou um Projeto de Decreto Legislativo (PDC 956/2018) para sustar a resolução 23 da CGPAR. A parlamentar defende que a resolução viola direitos assegurados em acordos coletivos de trabalho, estatutos e convenções que regulam as entidades de autogestão de saúde.

Para apoiar o projeto na enquete disponibilizada no site da Câmara dos Deputados, clique no link bit.ly/Apoie-PDC-956 e selecione a opção “Concordo”. Não é necessário se identificar.

O QUE MUDA NA CASSI

- Aumenta a contribuição dos associados para no mínimo 4% com a imposição da paridade de contribuição.
- Limita aportes do BB a 8% da folha de pagamento, incluindo neste limite contribuições relativas aos aposentados, reduzindo a participação do banco. Hoje, considerando contribuições dos aposentados, o BB já está no limite.
- Proíbe a manutenção do custeio do banco aos aposentados e obriga a criação de um novo plano custeado pelo BB na aposentadoria.
- Impede a convocação de novos concursados com a garantia de plano de assistência à saúde.
- Determina que as estatais só podem ofertar planos de saúde que prevejam contribuições por beneficiários de acordo com a faixa etária e/ou renda. Acaba com o custeio solidário, que protege o associado e garante o atendimento a todos.
- Permite a discriminação entre os associados: melhores planos para maiores salários e assistência básica para bancários em início de carreira.

O QUE MUDA NO ECONOMUS

- Retira os pais como dependentes dos planos.
- Proíbe a manutenção do BB como mantenedor do plano de saúde.
- Limita os aportes do BB ao Economus a 8% da folha de pagamento, incluindo contribuições relativas aos aposentados e planos extintos. Retira a responsabilidade do banco com o custeio de direitos dos aposentados e repassa para os assistidos.
- Impõe paridade de contribuição, aumentando a participação dos funcionários.
- Determina que estatais só possam ofertar planos de saúde com contribuições por beneficiário de acordo com faixa etária e/ou renda.

O QUE MUDA NO SAÚDE CAIXA

- Participação da Caixa será limitada a 6,5% do valor total da folha de pagamento dos ativos somada à folha de proventos dos aposentados, até o limite de 50% do custo total, cabendo todo custo restante aos titulares
- Mensalidade será cobrada por pessoa e de acordo com as faixas etárias
- O plano não admitirá novos usuários
- Somente filhos até 24 anos que estejam cursando 3º grau estarão cobertos
- Resoluções determinam períodos de carência e cobrança de franquia
- Aposentados serão excluídos
- Está proibido o detalhamento das condições no ACT

 economus



 CASSI



 SAÚDE CAIXA



PREVISÃO DO TEMPO

qua	qui	sex	sáb	dom
14°C 23°C	14°C 25°C	15°C 27°C	16°C 28°C	19°C 28°C

PROGRAME-SE

INVISTA NA CARREIRA

Estão abertas as inscrições para o curso de Contabilidade aos sábados na Faculdade 28 de Agosto (Rua São Bento, 413, Centro). As aulas são das 9h às 13h, de 28 de julho a 1º de setembro. Para participar, bancários sindicalizados pagam apenas R\$ 220; para o público em geral o valor é R\$ 440. Nos dois casos, o material didático já está incluído. Outras informações e inscrições pelo link: bit.ly/Contab2807.



PARA RIR

Sócios do Sindicato têm a última oportunidade de conferir com desconto a peça *As Cabeladeiras*, em cartaz no Teatro Maria Della Costa (Rua Paim, 72, Bela Vista), neste sábado, às 21h30. Em vez de pagar os R\$ 70 cobrados para o público em geral, bancários sindicalizados e seus dependentes pagam apenas R\$ 25 cada. Classificação 12 anos.

MOSTRE SEU TALENTO

Durante as quartas do mês de agosto, o Café dos Bancários abrirá o seu palco para apresentações de bancários sindicalizados no projeto 'Bancário é Show'. Serão cinco noites com uma banda cada, começando já no dia 1º. Para participar, basta enviar para o e-mail cultural@spbancarios.com.br o link ou vídeo de uma apresentação, nome completo e matrícula sindical ou funcional. Mais informações pelo 3188-5408.



GRÁTIS

O filme *Encantados*, da diretora Tizuka Yamazaki, será exibido gratuitamente pelo CineB na ocupação Nova Palestina (Avenida Clamecy, S/N, altura do nº 7.200 da Avenida M'Boi Mirim - Jardim Ângela), do MTST, neste sábado 28, às 18h. O evento é uma parceria entre o Sindicato e a Brazucah Produções. A retirada de convites é na própria ocupação, com Jussara. Mais informações pelo e-mail producao@cineb@brazucah.com.br.

DESRESPEITO

Falta de numerário prejudica todos

Terminais de autoatendimento desabastecidos e até agências inteiras sem dinheiro afetam atendimento e também bancários, que precisam lidar com situações de elevado estresse com a justa insatisfação dos clientes

Na terceira mesa de negociação da Campanha Nacional Unificada 2018, os representantes da categoria bancária cobraram da Fenaban (federação dos bancos) soluções para a falta de numerário em terminais de autoatendimento ou até mesmo em agências de determinados municípios.

Um exemplo das consequências da falta de numerário em agências ocorreu em uma unidade do Banco do Brasil na cidade de São Domingos do Maranhão (MA), que ficou cerca de dez meses sem disponibilizar serviços de saques e depósitos. Para conseguir dinheiro, a população da cidade e também de dois municípios vizinhos que dependem da unidade, Fortuna e Governador Luís Rocha, precisavam se deslocar cerca de 40 quilômetros até a cidade de Presidente Dutra.

Outro caso ocorreu em uma agência do Itaú localizada em Gama, região administrativa do Distrito Federal, na qual a polícia teve de ser acionada para conter os ânimos da população, revoltada com a falta de dinheiro justamente no dia

de pagamento dos aposentados, o que sempre aumenta consideravelmente o movimento da unidade. “Essa é uma situação que ocorre principalmente em cidades me-



nores, do interior, ou em bairros mais afastados dos grandes centros, e afeta diretamente o atendimento à população e o comércio local. Além disso, bancários dessas unidades também são prejudicados, uma vez que estão na linha de frente da agência e precisam lidar com situações de elevado estresse em decorrência da justa insatisfação dos usuários”, diz a presidenta do Sindicato, Ivone Silva. A dirigente lembra que, de acordo com a pesquisa “O brasileiro e sua

relação com o dinheiro”, publicada em 2018 pelo Banco Central, o pagamento em espécie ainda é o mais utilizado pelos brasileiros. “Segundo os dados do BC, 48% da população recebe salário em conta corrente, conta salário ou conta poupança. Ao mesmo tempo, 60% utilizam o dinheiro como o meio de pagamento de maior frequência. O dinheiro também é a forma de pagamento mais aceita, chegando a 96% dos estabelecimentos, enquanto o débito aparece em segundo, com 76%, e crédito em terceiro, com 74%”, explica Ivone. “Ou seja, em um país onde o pagamento em espécie é o mais aceito pelos estabelecimentos e o mais utilizado pela população, a falta de numerário em agências

é uma questão extremamente grave, uma vez que afeta diretamente o consumo e, principalmente, o comércio local. E, por sua vez, são os bancários que lidam com a insatisfação dos clientes com essa situação, um estresse elevado que pode levar ao adoecimento do trabalhador. Por isso, cobramos soluções da Fenaban para garantir um bom atendimento à população, segurança e boas condições de trabalho para a categoria”, conclui a presidenta do Sindicato. ✦

MARCIO

